

Aprovada na 922ª sessão

ALADI/CR/Ata 915  
8 de novembro de 2005  
Hora: 10h 05m às 11h 30m

ATA DA 915ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 912a. e 913a. sessões.
4. Consideração do documento "Âmbito de negociação para o Espaço de Livre Comércio" (ALADI/SEC/dt 465).
5. Assuntos diversos.
  - O Secretário-Geral anuncia a visita do Presidente da República Oriental do Uruguai à Sede da Associação.

---

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade e Roberto Goidanich (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín e Oscar Quina Truffa (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho e Dora Rodríguez Romero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e María Inés Benítez Riera (Paraguai), Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Miguel Pereira e Jorge Luis Jure (Uruguai), e Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Bom dia, iniciamos a sessão 915 do Comitê de Representantes

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Ponho à consideração dos senhores Representantes a Ordem do Dia.

Não havendo observações, considera-se aprovada.

2. Assuntos em pauta

...Cedo a palavra ao senhor Secretário-Geral para que informe sobre os Assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todos.

Gostaríamos de destacar dos Assuntos em pauta, alguns deles, sem prejuízo da menção que será feita pela Secretaria.

Gostaria de assinalar que a Embaixada da Ucrânia na República Argentina, na pessoa do Embaixador Oleksandr Nykonenko, teve uma entrevista conosco no dia 1º de novembro e apresentou uma Nota dessa mesma data, na qual solicita que se considere a admissão de seu país na qualidade de Observador, tramitação que se publicou como documento ALADI/SEC/di 1947.

A Embaixada da República de El Salvador, por Nota 301 de 19 de outubro do presente ano comunicou a cessação de funções do Embaixador Ernesto Ferreiro Rusconi, em 30 de abril do presente ano e por Nota 302 da mesma data, comunicou que o Embaixador Mario José Ávila Romero apresentou as Cartas Credenciais perante o Governo do Uruguai que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário e solicita sua incorporação às atividades da ALADI.

A propósito da apresentação de Credenciais, considero de rigor informar que recebi ontem, do senhor Encarregado de Negócios da República de Cuba, a informação correspondente à apresentação de Cartas Credenciais da senhora Embaixadora Plenipotenciária, perante o Governo bilateral e seu propósito de fazê-lo na ALADI em data a ser determinada.

Quanto aos demais Assuntos, está também em poder dos senhores Representantes e faz parte da presente ata, e só me permito destacar algo sobre o ponto 9 de Assuntos em pauta, que é o "Relatório sobre o estado de situação das medidas adotadas para a implementação da Resolução 296 do Comitê de Representantes". É um documento que se refere à adaptação que era necessário introduzir nas normas da ALADI a partir do momento que entrasse em vigor a Resolução 296. Está em poder dos senhores o citado documento.

Solicitaria com a anuência dos senhores, à senhora Sofia Camacho, que resenhasse brevemente aqueles pontos que forem de maior destaque em Assuntos em pauta. Obrigado.

"1. Embaixada da Ucrânia na República Argentina. Nota de 1º/11/2005.

O Governo da Ucrânia solicita considerar a admissão do seu país na qualidade de Observador.

Foi publicado como documento ALADI/SEC/di 1947.

2. Embaixada da República de El Salvador. Nota Nº 301, de 19/10/2005.

Comunica a cessação de funções do Embaixador Ernesto Ferreiro Rusconi em 30 de abril do presente ano.

3. Embaixada da República de El Salvador. Nota Nº 302, de 19/10/2005.

Comunica que o Embaixador Mario José Avila Romero apresentou Credenciais perante o Governo do Uruguai que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário e solicita sua incorporação às atividades da ALADI.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 129, de 25/10/2005.

Comunica que por Decreto Nº 5.565 foi promulgado o "Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para o Comércio de Arroz" celebrado com o Suriname.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2123.

5. Representação Permanente do Chile. Nota Nº 57, de 19/10/2005.

Comunica que cumpriu com os procedimentos correspondentes para incorporar ao Ordenamento jurídico interno o Convênio de Transporte de Passageiros por Estrada entre Tacna e Arica.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2119.

6. Representação do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 956, de 31/10/2005.

Comunica que o Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 33 foi incorporado ao seu Ordenamento jurídico.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2124.

7. Convites recebidos:

- IIRSA. O Comitê de Coordenação Técnica (CCT) convida o Secretário-Geral a participar em caráter de observador da VII Reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) (Assunção, Paraguai, 1º e 2/12/2005).

- Parlamento Latino-Americano. Nota, de 1º/11/2005.

Convida o Secretário-Geral a participar como observador da sua XXI Assembléia Ordinária (São Paulo, 25-26/11/2005)

8. Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006 (ALADI/SEC/Proposta 259).

9. Relatório sobre o estado de situação das medidas adotadas para a implementação da Resolução 296 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1946)."

SECRETARIA (Sofía Camacho). Corresponde destacar os convites recebidos: convite da IIRSA, do Comitê de Coordenação Técnica, que convida o Secretário-Geral a participar, em caráter de Observador, da Sétima Reunião do Comitê de Direção Executiva, Reunião que se realizará na cidade de Assunção, Paraguai, de 1º a 2 de dezembro do presente ano.

O Parlamento Latino-Americano convida o Secretário-Geral para participar como Observador da Vigésimo Primeira Assembléia Ordinária que será realizada na cidade de São Paulo dias 25 e 26 de novembro de 2005.

Dentro dos documentos distribuídos corresponde salientar o Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006, como documento ALADI/SEC/Proposta 259.

Isso é tudo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria-Geral. Alguma observação dos senhores Representantes?

3. Consideração das atas correspondentes às 912ª e 913ª sessões.

...Não havendo observações, passo ao seguinte ponto da Ordem do Dia: consideração das atas correspondentes às 912ª e 913ª sessões.

Há alguma observação dos senhores Representantes?

Não havendo observações, aprovam-se.

4. Consideração do documento "Âmbito de negociação para o Espaço de Livre Comércio" (ALADI/SEC/dt 465).

...Seguimos com a Ordem do Dia: consideração do documento "Âmbito de negociação para o Espaço de Livre Comércio". O tema sobre este documento apresentado pela Secretaria-Geral foi inicialmente debatido em reunião de Chefes e submeto esse documento à consideração no Comitê.

Os senhores Representantes têm alguma observação?

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Como os senhores Representantes sabem, a Secretaria distribuiu o documento N°465 com data 24 de outubro, intitulado: Âmbito de negociação para o Espaço de Livre Comércio.

Este documento foi motivo de intercâmbio de idéias na reunião de Chefes, que por sua natureza não se faz ata. Portanto não há um registro fidedigno, absoluto do que expressaram as Representações.

Porém, há um registro, diria, da memória que cada um de nós possa ter sobre o assunto e apenas com o objetivo de começar este intercâmbio de idéias e sem outra finalidade. Os senhores podem lembrar que, em termos gerais, a identificação que se fazia da nova dimensão para o Espaço de Livre Comércio, a convocação para uma instância de reflexão, com uma alusão expressa a que os 25 anos da ALADI serviam de oportunidade para esta possibilidade de reunir Altos Funcionários Responsáveis pela Política de Integração dos países-membros, aprovada, também no Programa de Atividades, onde foi debatida a metodologia de trabalho, algumas observações que a Secretaria tomou nota.

O tema principal foi a convocação das reuniões de Especialistas, objeto de observação, quanto à pertinência de que faça parte de uma metodologia de trabalho, sem prejuízo de aguardar que o desenvolvimento mesmo dos temas possa conduzir a esse tipo de consulta.

Outro ponto que também foi sugerido para sua inclusão expressa foi o tema referente aos Grupos de Trabalho, isto é, a possibilidade de que mediante os Grupos de Trabalho foram incluídos seus produtos na massa crítica de documentação, que certamente terá de manejar o Corpo e a própria Secretaria.

A Secretaria, depois dessa reunião, levando em conta que era uma reunião de Chefes de Representação, aguardou a realização desta reunião, inclusive adiantou sua data por considerar que era bom autorizar nosso trabalho e, por conseguinte, cedo esta seqüência de uma reunião para depois continuar com a visita do Embaixador Jorge Valero.

Porém, nestes dias, a Secretaria esteve trabalhando na preparação de um documento de calendário, em um programa que permitisse ter um cronograma preliminar. Este cronograma, no qual tem estado trabalhando particularmente a Subsecretaria a cargo do Licenciado José Rivera, tem a característica de estar projetado com base nos elementos que até agora temos podido recolher, como esta reunião de hoje, destinada essencialmente à análise do documento 465. Dela derivariam outras propostas que nós não podemos imaginar, senão a partir do momento em que se produzam, marcaria o caráter provisória deste documento.

Este documento está pronto, mas naturalmente consideramos mais prudente antes de decidir uma distribuição às Representações, escutá-las, sobre o fundo da questão, ou seja, sobre o documento 465, porque naturalmente a análise da substância do assunto terá a incidência que deve ter sobre a metodologia de trabalho e sobre seu desenvolvimento no cronograma.

De qualquer maneira, estaremos de acordo com o que for resolvido pelo Corpo a título de apresentação, acrescentado aos outros, que já estão em seu poder, também requer a necessidade de contar com este cronograma preliminar. Não existe nenhum inconveniente em distribuí-lo, mas reitero que consideramos -do ponto de vista da seqüência- mais lógico aguardar seus comentários e levá-los em conta no momento de elaborar a proposta de cronograma preliminar.

Senhor Presidente, isso é o que poderia dizer a esse respeito. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Gostaria de lembrar que na reunião de Chefes, a Presidência lhes informou que convocaria uma reunião de Mesa para começar a preparar o cronograma de trabalho.

Na reunião da Mesa se resolveu que antes de concluir o cronograma de trabalho que se estava elaborando com a Secretaria-Geral era importante ter uma nova reunião do Comitê, uma reunião formal do Comitê, onde os senhores Representantes pudessem expressar, oficialmente, suas observações do documento originalmente distribuído pela Secretaria-Geral.

Essa foi, basicamente, a decisão adotada na Mesa e pela qual se está convocando esta reunião para ter já, oficialmente, em atas, os insumos que as diferentes Representações possam oferecer, para que a Mesa juntamente com a Secretaria-Geral, possamos concluir com a proposta de um cronograma de trabalho.

Sob esses parâmetros, têm a palavra os senhores Representantes.

Não havendo observações, podemos considerar que o expressado por cada uma das Representações durante a reunião de Chefes de Representação é uma opinião suficiente que podemos utilizar para construir o cronograma de trabalho e, se for dessa maneira, daríamos por encerrado este ponto e passaríamos a distribuir uma proposta da Secretaria-Geral para que seja analisado posteriormente.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Sem o propósito de coligar que o silêncio é consentimento, mas que o silêncio é silêncio, gostaria de introduzir este elemento que pode, de alguma maneira, funcionar como um motivo de análise, porque aqui estão os objetivos, as datas, os documentos que serviriam de apoio. Considero que isto configura uma matéria-prima que, como reação inicial, poderia causar a tensão do Comitê.

Pediria à Secretaria que o distribua neste instante, se o senhor Presidente não tiver inconveniente.

PRESIDENTE. Considero que não há inconveniente.

Quando o documento estiver em poder de cada um dos senhores Representantes, darei a palavra ao Secretário-Geral para que dê uma explicação do mesmo.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Como fizemos na apresentação do documento 465, pediria ao licenciado Rivera um comentário sobre este cronograma preliminar para, dessa maneira, começar o intercâmbio. Se o senhor Presidente autorizar, assim faremos.

PRESIDENTE. Adiante, senhor Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Presidente. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

Este cronograma preliminar surge do documento 465, tomando alguns de seus elementos básicos e situando-os no tempo, principalmente em 2006, tentando encontrar uma seqüência para cada uma das etapas que poderiam ser percorridas neste caminho.

O documento 465 trata, na metodologia correspondente, sobre a conveniência de realizar reuniões a nível de Representantes Alternos, que neste caso, seria uma referência dos Grupos de Trabalho que é normalmente seu âmbito de reunião, para concluir os documentos que têm sido elaborados a partir do segundo semestre deste ano.

Este trabalho está em andamento, está em processo e a idéia seria concluir estes documentos no primeiro trimestre do ano próximo. Indicou-se como data tentativa fevereiro a maio, supondo que poderia realizar-se a Reunião de Altos Funcionários de Integração em meados do ano. Isto teria, como justificação, dar realismo a esta convocação, levando em conta que o mês de dezembro é difícil para muitas das capitais fazer análises de documentos. O mês de janeiro, pelo que sei, é o mês das férias aqui no país sede, portanto, teríamos de trabalhar em fevereiro, março, abril, talvez maio, para preparar uma ampla série de documentos que permitiriam que os Altos Funcionários de Integração pudessem fazer uma reflexão sobre os temas relacionados com o Espaço de Livre Comércio.

Depois de que concluíssem esses documentos nos Grupos de Trabalho pelos Alternos, tínhamos indicado a conveniência de que a Secretaria fizesse consultas técnicas que permitiriam receber orientações das capitais sobre os diferentes aspectos do ELC, além de realizar outras consultas encomendadas à Secretaria.

Quanto às datas isto deveria ser de fevereiro a setembro, porque estão sendo misturadas duas coisas: por um lado, se faz referência ao que deveria realizar-se no transcurso do ano, os resultados das Reuniões de Especialistas sobre Normas e Disciplinas e Novos Temas e, previamente, isto seria no transcurso do ano para uma eventual Reunião Ministerial, mas previamente para a Reunião de Altos Funcionários deveríamos contar com as propostas dos países sobre os temas que constam do documento 465: a definição do que é o Espaço de Livre Comércio, o ELC na criação do Mercado Comum Latino-Americano, identificação de objetivos específicos para os componentes do ELC, etapas, modalidades e calendários possíveis de negociação, a função dos órgãos políticos da ALADI e outras instâncias requeridas para a negociação, acompanhamento e avaliação do ELC, a ALADI e a institucionalidade regional.

Alguns desses documentos que acabo de mencionar poderiam ser insumos para a reflexão dos Altos Funcionários de Integração e, por outro lado, poderia se trabalhar nos documentos a nível de especialistas para revisar os temas de Normas e Disciplinas e Novos Temas. Isto seria um processo que levaria, tentativamente, de fevereiro a setembro, fazendo um corte para que os funcionários responsáveis pela integração tenham esses documentos de reflexão.

Logicamente, o Comitê de Representantes tendo recolhido o seguimento e avaliado estas etapas acordaria a documentação a ser apresentada, elaboraria a agenda e convocaria a reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração dos países-membros antes de julho, elaborando obviamente a agenda comentada e os documentos necessários para ser apresentados nessa instância. Devemos indicar que esta reunião de Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração já foi acordada no programa de atividades de julho a dezembro de 2005.

Em julho tentativamente, obviamente, estas datas se forem mudadas, podem se ajustar as etapas prévias. Poderia realizar-se a Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, com uma duração de dois dias tentativamente, cujo propósito básico seria estabelecer os delineamentos gerais e elaborar o projeto de

agenda de negociação do Espaço de Livre Comércio, para consideração de uma eventual Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Os funcionários de integração poderiam elaborar um relatório com delineamentos para os projetos de Resolução do Conselho de Ministros. O Comitê de Representantes, posteriormente, acordaria a documentação que iria para a reunião Ministerial, incluindo os projetos de Resolução e o projeto de Agenda Geral.

A Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros poderia tentativamente se realizar em novembro onde, se for o caso, os senhores Ministros poderiam aprovar o âmbito de negociação para o Espaço de Livre Comércio, incluindo a agenda, as etapas, os calendários, os mecanismos de negociação, de avaliação e de acompanhamento.

É possível que uma reunião destas características, dessa natureza, possa ser precedida de uma reunião um par de dias antes por uma Reunião de Altos Funcionários que possam preparar e apoiar a tarefa dos senhores Ministros.

Posteriormente, seriam enviados os resultados da Reunião do Conselho de Ministros novamente ao Comitê de Representantes, para que possam ser emitidas as Resoluções e Acordos correspondentes para a implementação dessas disposições e, no seu caso, poderia considerar-se, quando necessário, convocar a Conferência de Avaliação e Convergência para que faça uma avaliação geral do processo de negociação para a criação e desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, que se definiria e poderia ser, talvez, em 2007.

Este é um primeiro rascunho, obviamente sujeito a ajustamento nas datas e em algumas das modalidades indicadas. Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

PRESIDENTE. Obrigado, Subsecretário. Têm a palavra os senhores Representantes para fazer alguma observação da intervenção do senhor Subsecretário Rivera.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Tenho algumas dúvidas, que gostaria de esclarecer, e alguns comentários preliminares, obviamente, que gostaria de formular.

Quanto às dúvidas, não fica claro, volto ao tema das reuniões de Especialistas. Aqui está: comentários e propostas dos países no período fevereiro - maio, no ponto II. Consultas Técnicas, trata sobre os "Comentários e propostas dos países com referência aos documentos anteriores", ou seja, os elaborados pelos Grupos de Trabalho de Normas e Disciplinas, etc "resultantes das Reuniões de Especialistas". Pergunto-me se estas são as reuniões do nosso Grupo de Trabalho, se são as reuniões de Especialistas que tínhamos pensado, que não eram necessárias nesta etapa, às que aludimos quando se tratou o documento da Secretaria 465, considero que é. Primeiro gostaria de escutar um esclarecimento sobre esse ponto, a que reuniões de Especialista se refere este ponto.

PRESIDENTE. Tem a palavra o senhor Subsecretário Rivera.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Presidente. Efetivamente, a menção a este ponto se refere à reunião de Especialistas Governamentais identificada nos Grupos de Trabalho para Normas e Disciplinas e para Novos Temas, são

as Governamentais identificadas já pelos Grupos de Trabalho, onde se requereria uma precisão respeito aos Novos Temas e isso seria sujeito a uma maior consideração do Grupo de Trabalho. Se as duas reuniões previstas para Novos Temas se referiam a comércio de serviços e compras do setor público, ou se seriam alguns outros temas, mas em princípio se identificaram aqui como sugestões. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado. Para evitar confusões, no futuro, sugeriria que utilizássemos a expressão reuniões de Funcionários Governamentais, para que não pareça que estamos falando de Especialistas extra-ALADI. Estas são as reuniões que tínhamos previsto com representantes dos nossos países, especialistas em cada um destes temas. Ótimo.

Depois deste esclarecimento, tenho primeiro uma preocupação para prever, segundo as pessoas que concorrem às reuniões de orçamento da ALADI, estas reuniões de Especialistas têm um custo aproximado de U\$S 15.000 cada uma. Portanto, gostaria que levássemos em conta isto para ver, realmente, se estamos em condições de fazê-lo, de acordo com a projeção orçamentária e até onde poderíamos financiá-lo.

Para encerrar esta primeira intervenção, a verdade é que eu estou pensando em voz alta, gostaria que a Secretaria trabalhasse com base no que poderia ser a definição do Espaço de Livre Comércio. Ter um documento que, logicamente, será posteriormente enviado a nossas capitais, será observado, para ter um delineamento do parecer dos nossos respectivos países sobre a definição desse Espaço de Livre Comércio, porque a verdade é que todo o resto, de alguma forma, está condicionado por essa definição e até agora não temos um conceito aprovado do que é o Espaço de Livre Comércio. Temos um conceito geral abrangente, mas não temos muita clareza do que atualmente, cada um dos nossos países entende ou até onde está disposto a chegar.

Concretamente estou falando da definição para nossos países do que é este Espaço de Livre Comércio. Para isso considero que seria útil ter um documento básico da Secretaria-Geral que logicamente, comentaríamos no Comitê, enriqueceríamos ou modificaríamos alguns aspectos, para ter um documento de base, porque considero, com franqueza, que apesar da falta de tempo, talvez no final do ano poderíamos ter um documento de trabalho desta natureza que considero que ajudaria muito no trabalho para o ano próximo. Essa é a minha primeira observação até agora. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Argentina. Tem a palavra o senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidente. Vou me referir a um assunto muito pontual, para manifestar que gostaríamos muito de ver este tema recebendo bastante ênfase no trabalho de desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, que é o ponto 22 da Resolução 59 (XIII), que trata a promoção das compras intra-regionais e das exportações extra-regionais.

Acreditamos que é um tema no qual a Secretaria poderia nos ajudar, apresentando um documento que explorasse as possíveis medidas, os possíveis caminhos para que pudéssemos entre todos aumentar nosso comércio e ver se há mecanismos para que juntos possamos desenvolver nossas exportações extra-regionais, que talvez isso seja um pouco mais complicado.

Consideramos que a promoção das compras intra-regionais é, principalmente, uma questão de criar melhores mecanismos de informação e permitir que cada país tenha a

totalidade da informação sobre as possibilidades de exportação e sobre as necessidades de importação dos demais. Esse é um tema não regulado por nenhum tipo de acordo, que não implicaria nenhum tipo de mudança em acordos existentes, não afeta questões referentes a preferências aduaneiras, nem nada, é questão de desenvolver um mecanismo que seja bastante eficiente, na medida em que possa realmente ajudar-nos a alcançar o objetivo definido na Resolução.

Portanto, pediria que nos documentos elaborados pela Secretaria se colocasse bastante ênfase neste tema da promoção das compras intra-regionais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Brasil. Tem a palavra o senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o esforço feito pela Secretaria-Geral ao elaborar com tanta eficiência e rapidez este trabalho, que temos em nossas mãos. Gostaria também de apresentar a preocupação da minha Representação de que este documento, que em alguma medida mistura os tempos políticos com os técnicos, em circunstâncias que embora os tempos técnicos sejam tributários dos políticos, os tempos políticos têm uma capacidade de definição do processo, que não podemos ignorar e que não podemos deixar de lado.

Por conseguinte, considero que em matéria de tempos políticos, o programa é muito laxo, pensar de agora a setembro, estamos pensando em um ano a mais, o que significa dois anos depois das encomendas que recebidas do Conselho de Ministros. Considero que esse é um tempo muito laxo para ter definições finais sobre o que queremos, para onde vamos e como vamos consegui-lo.

A definição do Espaço de Livre Comércio, e coincido com o Embaixador Juan Carlos Olima, é algo que podemos, perfeitamente, começar a trabalhar a partir de agora e ter um documento base o antes possível. Acredito que isto não apresenta tantas dificuldades.

Acredito que reunir os especialistas governamentais é, de alguma forma, iniciar uma negociação, são especialistas governamentais que se reunirão para discutir temas concretos. O que vão fazer? Vão reafirmar o que já elaboramos os Grupos de Trabalho? O que já se escreveu nos documentos de apoio? Ou vamos começar uma negociação sobre cada um dos temas com Especialistas Governamentais que virão com a ordem de fazê-lo. É uma pergunta que me faço. Considero que os especialistas governamentais são necessários na medida em que possam definir com base na mudança de conhecimento específico que eles possuem e para o qual necessitam um mandato. Portanto, deve se iniciar uma negociação.

Considero que devemos adequar um pouco mais os tempos e tentar apressar o ritmo das definições políticas para avançar no trabalho geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Chile. Tem a palavra o senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Gostaria de intervir brevemente agradecendo este documento muito conciso apresentado pela Secretaria, que o consideramos com atenção. Temos a impressão de que o documento faz reflexões interessantes, importantes, mas, para os fins do que queremos

discutir agora, as opiniões estão coincidindo com o que nós gostaríamos de expressar, tanto a da Argentina como a que acaba de expressar o Chile, na página 3, nas linhas de discussão. De fato, o documento começa nesse lugar com um inciso a) que é Definição do Espaço de Livre Comércio.

Considero que esse é o ponto de partida absolutamente essencial para todo o que vêm e para cumprir com os mandatos que nos estabeleceram os Ministros. Considero que necessitamos começar especificamente por esse ponto. A Representação do Uruguai, na reunião de Chefes de Representação, tinha proposto isto mesmo. Isso nos permitirá, efetivamente, avançar, porque definido o Espaço de Livre Comércio, definidos os componentes, teremos os insumos dos Grupos de Trabalho com diferentes graus de avanço, seguramente haverá Grupos de Trabalho que apresentarão documentos que nos aproximarão muito a alguns dos componentes que farão parte do Espaço de Livre Comércio e nos permitirão chegar rapidamente a acordos, eventualmente, inclusive sem reuniões de Especialistas em algum caso. Não sei, não conheço em detalhe, mas sei que alguns Grupos têm avançado muito. Em outros casos, será necessário alimentar as capitais com documentos para que enviem posições e os Especialistas aqui negociem, ou não poderemos cumprir com os mandatos.

Isso é respeito à prioridade absoluta que considero que tem a definição do Espaço de Livre Comércio, e considero que seria importante a contribuição da Secretaria. Nós não nos podemos desligar, de nenhuma maneira, disto. É uma responsabilidade conjunta que devemos assumir com força.

Retomando o proposto pelo Embaixador Pericás, considero que também é muito importante um trabalho paralelo. Não vejo isto como um trabalho dentro da definição do Espaço de Livre Comércio, mas como um trabalho paralelo que pode ajudar muito a esclarecer os poucos pontos que estiverem pendentes, de tudo o que tem a ver com a questão, principalmente tarifária.

Estou pensando que há vários anos foi apresentado, nesta Sala, um programa de importações competitivas do Brasil, que tentava a incorporação, por parte do Brasil, de compras de outros Estados Membros da ALADI, daqueles produtos que o Brasil comprava no mundo e que pudesse comprar na região, porque eram ofertas que chegavam ao mundo, mas sempre que fosse em condições competitivas. Lembro que, no caso particular de algum país, foi feita alguma análise e chegou-se a quantificações sobre o efeito que isso podia ter.

Considero que uma análise das potencialidades desse programa está na linha do que estava propondo o Embaixador Pericás no sentido dos elementos que podem colaborar muito para a ampliação do comércio entre nós e terminar de deixar em claro os núcleos duros, os poucos núcleos duros de negociação que podem ficar na questão estritamente tarifária e, ao mesmo tempo, abrir outro tipo de oportunidades de países que pudessem oferecer mecanismos parecidos para o resto dos países-membros da ALADI. Nada mais por enquanto, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Uruguai. Tem a palavra o senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, coincido com o manifestado pelos Representantes do Uruguai e da Argentina no sentido de que este cronograma, apresentado pela Secretaria-Geral, o qual agradeço, deve refletir, principalmente o que se indicou na linha de discussão no documento N°465

apresentado pela Secretaria-Geral. Isto é, em primeiro lugar, devemos trabalhar, decididamente, na definição do que é o Espaço de Livre Comércio para posteriormente entrar a Normas de Origem, Salvaguardas, Solução de Controvérsias, etc. Portanto, o ponto de partida tem que ser a definição do Espaço de Livre Comércio.

Por outro lado, considero também que este cronograma preliminar deveria, também, incluir o que se indicou na reunião de Chefes de Representação, no sentido de que deve estar presente na coordenação que se realiza com a Secretaria-Geral da Comunidade Andina, MERCOSUL, SELA. Isto é, talvez, como um ponto de partida. Também deveria ficar isso como uma ação própria da Secretaria-Geral da ALADI, trabalhar, elaborar um cronograma juntamente com eles, onde fique refletido que haverá uma permanente coordenação com as diferentes Secretarias-Gerais. Dessa forma, cumpriríamos com o mandato dos Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana.

Também gostaria de salientar o que indicou o Embaixador Olima na última reunião de Chefes de Representação, no sentido de que deveríamos também incluir ou levar em conta os comentários e propostas que poderiam sair das reuniões que se quer convocar do Comitê Assessor Trabalhista, como o Comitê Assessor Empresarial. São elementos que devem ser levados em consideração e que também deveriam estar presentes como referência para os diferentes temas nos que trabalhássemos no âmbito da definição do Espaço de Livre Comércio. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Peru. Tem a palavra o senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Senhor Presidente. Quanto à proposta apresentada pela Secretaria, considero que é importante o avanço realizado, mas gostaria também de pontualizar uma preocupação respeito ao quadro, onde se refere a consultas técnicas e menciona, na quarta coluna, comentários e propostas dos países, e os temas mencionados são, praticamente, os inscritos como linhas de discussão no documento 465 da Secretaria. Portanto, faz uma lista dos temas que seriam sujeitos de análise e reflexão.

Neste aspecto não foi incluído ou talvez a Secretaria elabore propostas, por exemplo, sobre o referente ao tratamento diferenciado para os PMDERs, ou seja, o aprofundamento do sistema de apoio, em relação ao acesso a mercados, que leva ao tema da competitividade e da produtividade para a participação dos PMDERs no processo de integração, e também tinha se mencionado o tema do apoio da Secretaria em matéria de harmonização de normas no processo de convergência. Não sei se esses temas serão tratados de outra maneira ou se seria conveniente inclui-los também em os temas que estão nesta proposta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral para que esclareça a consulta do Representante da Bolívia e depois tem a palavra a Representante da Venezuela.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Gostaria de ir embora desta sessão com alguns elementos concretos que nos permitam avançar no nosso trabalho. Diria que, basicamente, os elementos que se manejaram até agora têm a ver com alguns temas, vários dos quais já tinham sido mencionados em sessão anterior de Chefes de Representação. Considero que o tema dos Especialistas ficou pelo menos esclarecido. Serão Especialistas Governamentais. A combinação ou harmonia entre os tempos políticos e os técnicos é um tema no qual a

Secretaria tem sido cuidadosa em não separá-los para não realizar um trabalho de autoconvocação, mas um trabalho incremental que tenha como hipótese a vontade política, ou seja, não estamos tentando criar uma vontade técnica da vontade política, mas manter uma dinâmica e uma inter-relação o mais ajustada possível.

Quanto à exploração de possibilidades dentro do parágrafo 22, ao que aludia, de modo expresso, o senhor Representante do Brasil, efetivamente, ali aparece um tema que com o título “Fomento produtivo e desenvolvimento do Comércio internacional”, a Resolução 59 (XIII) assume com bastante clareza.

A Subsecretaria de Cooperação e os PMDERs, diz, concretamente o doutor Maidana nos trouxe, durante a sessão, um papel onde nos informa que, sobre o tema apresentado pelo Brasil, está se trabalhando com apoio técnico para apresentar alguma documentação a esse respeito. De maneira que, nesse sentido, está se avançando.

Eu gostaria, com sua anuência, de me concentrar na definição, porque é notório que definir o Espaço de Livre Comércio pode ser uma discussão colocada em termos absolutos ou em termos operativos. Considero que a ALADI, do nosso ponto de vista, não é um órgão de natureza acadêmica, que esteja destinado a dar uma definição *urbi et orbi* do Espaço de Livre Comércio, mas a ALADI é uma organização de integração que tem um domínio, um âmbito de aplicação e um de funcionamento e é o Espaço de Livre Comércio desta região e desta ALADI, que estaríamos tentando esclarecer da melhor forma.

E nesse sentido, consideramos que a Resolução 59 (XIII) avançou substantivamente na determinação de quais são os elementos que compõem um Espaço de Livre Comércio. O parágrafo 12 define como componentes a serem considerados para o desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio os seguintes: “acesso a mercados, normas e disciplinas comuns, apoio aos PMDERs e matérias complementares”.

Quer dizer, portanto, que aqui já há uma ilustração de quais são os componentes. Portanto, uma definição do Espaço de Livre Comércio deveria levar em conta que já temos alguns avanços, e inclusive já temos algumas definições sobre acesso a mercados, sobre normas e disciplinas, pelo menos na orientação dos temas que trataria e, de apoio aos PMDERs, que têm sido objeto de uma decisão especial que é a Resolução 61 (XIII).

A Secretaria está nesta situação: esta é uma Resolução do Conselho de Ministros vigente. Portanto, constitui um mandato, e a Secretaria considera que está obrigada a cumprir este mandato, a trabalhar sobre estes temas ilustrando-os com as interpretações e desenvolvimento progressivo que se estão realizando no âmbito do Comitê.

Mas, a Secretaria também necessita ter alguma idéia sobre os tempos e nesse sentido, consideramos importante a reflexão do senhor Representante da Argentina, quando dizia que trabalheemos pensando que antes do final do ano poderíamos ter alguma aproximação.

Acreditamos que não deveríamos concluir o ano 2005, já um ano da Resolução de 18 de outubro, sem ter, pelo menos, uma identificação de qual será a orientação dos nossos trabalhos, quais serão os tempos básicos, se desejamos fazer uma distinção entre tempo técnico e tempo político. Podemos examinar isto que não é outra coisa que um programa tentativo, que não pensávamos apresentar enquanto não recebêssemos propostas sobre a 465 e se o fizemos hoje é simplesmente para também alentar um intercâmbio. Gostaria de salientar que a definição do ELC tem já um caminho percorrido, não estamos inventando, já o Conselho de Ministros no ano passado, como consequência de uma análise prévia

importante, com base documentária chegou a descrever, pelo menos a fotografar, o que um Espaço de Livre Comércio deveria ter.

Portanto, a Secretaria não se encontra em condição de introduzir uma espécie de definição que inove substancialmente sobre aquilo, ou em todo caso, que pontualize o que precise ou sublinhe, mas sem nos afastarmos do mandato de um Corpo superior como o Conselho de Ministros. Isso como precisão.

Quanto ao tema da coordenação apresentado pelo senhor Representante Alternativo do Peru, efetivamente estamos trabalhando nesse sentido, com um par de precisões que gostaria de agregar. Temos previsto uma reunião técnica de trabalho com a Comunidade Andina para a semana próxima, a se realizar aqui na ALADI, sobre a base de uma agenda não totalmente fechada. Haverá previamente uma teleconferência, para estabelecer o arcabouço do que seria esse encontro, mas tendo claramente distinguido dois planos, o tema da coordenação com a Comunidade Andina e o MERCOSUL e outras instituições de integração como o SELA e a própria Organização da Bacia Amazônica, têm relação com a solicitação da CASA, e é nessa Ordem onde a coordenação chega à ALADI como uma solicitação dos 10 países-membros e 2 países não membros referidos a nossa Associação.

Porém, o ELC vem de um Conselho de Ministros da ALADI, portanto, é um tema específico e autônomo da ALADI, que sem prejuízo da utilidade dos intercâmbios e da ampliação do conhecimento, que nestes temas sempre é extraordinariamente importante contar com isso, não é o mesmo nível de coordenação de secretaria. Isto é, a responsável de dar cumprimento à Resolução 59 (XIII) é a ALADI, não posso dividir essa responsabilidade pondo a Comunidade Andina ou o MERCOSUL em um âmbito institucional que, embora não seja alheio, quanto à qualidade de membro, em alguns momentos coincide, não é próprio no tema do ELC. O ELC nasceu no âmbito da ALADI, e foi mencionado especificamente na Resolução 59 (XIII), e considero que é dever da Secretaria fazer uma interpretação razoável desse mandato e atuar em conseqüência. Digo isto para ter claramente diferenciado os planos da nossa coordenação e da nossa cooperação recíproca que, certamente, existe com os organismos de integração e seguiremos transitando por esse caminho.

Finalmente, quero dizer também, e não como resposta a nenhuma Representação em particular, mas simplesmente como reflexão a viva voz, que nós imaginamos o ELC como um espaço no qual a diferenciação entre o aspecto econômico dos Estados Membros seja um elemento que possa contemplar os mandatos da Resolução 59 (XIII) e da Resolução 61 (XIII), que satisfaça as expectativas que respeito a esse Espaço de Livre Comércio cada sócio tem, mas sem perder de vista que o Espaço de Livre Comércio mantém como critério de definição essencial ser um mecanismo na medida em que consagra o acesso a mercados, consagra as liberdades de negociação e de circulação de bens e outros valores e consagra ou pelo menos visa encontrar normas e disciplinas comuns. Estas também são de aplicação com o tempo junto com o apoio aos PMDERs, por isso o parágrafo 12 do Espaço de Livre Comércio o coloca no mesmo nível, diz: acesso a mercados, normas e disciplinas comuns, apoio aos PMDERs e matérias complementares, quer dizer, portanto, que há uma unidade conceitual no Espaço de Livre Comércio, de modo que quando falamos do Espaço de Livre Comércio não fazemos uma separação entre PMDERs e as outras categorias. Considero que é importante levar isto em conta como âmbito de referência, ao qual a Secretaria se ajustará. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigado, senhor Presidente.

Nossa Representação gostaria, neste momento, de agradecer à Secretaria as propostas que nos apresentaram nas últimas sessões de Chefes de Representação e agora no Comitê, e gostaria de dizer que além de ter submetido à consideração da nossa Chancelaria o documento 465, logicamente, enviaremos esta proposta de cronograma, consideramos que certamente merece este espaço de discussão, porque insistimos que o Espaço de Livre Comércio continuará sendo, pelos próximos meses e anos, um tema que tem muitas implicações para os países, mas também muito conteúdo de definições políticas.

Por essa razão, e no momento que estão os processos de integração, considero que requer uma discussão. Estamos de acordo em seguir avançando, em aprofundar a discussão nos seus aspectos conceituais e de princípios, talvez, do Espaço de Livre Comércio e das ações que se aspira fazer para a implementação e obter esse mandato que temos os países, especialmente desde o último Conselho de Ministros.

Gostaria de dizer, quanto ao cronograma, sem ânimo de que seja o último comentário que façamos sobre isto, que o Secretário mencionava que, mais ou menos, concordaria com a dinâmica do Comitê e dos tempos, mas considero que deve ser um programa que além de recolher esse princípio da realidade, deve ser um pouco mais ágil nos tempos, além de refletir o interesse que temos os países de avançar nesta discussão. Portanto, procurar algum esquema que permita, valorando, logicamente, as férias e outros elementos que estiverem presentes na dinâmica dos nossos próprios países, colocar um pouco de realidade na proposta que está fazendo a Secretaria e gostaríamos de mencionar que, embora seja verdade que no ponto I. do cronograma menciona as reuniões de Representantes Alternos, e entre parênteses colocam Grupos de Trabalho, gostaríamos de sugerir que haja como uma melhor definição no cronograma de um espaço de harmonização ou de articulação entre os produtos das discussões dos Grupos de Trabalho.

Recentemente fizemos uma reunião do Comitê, onde todos os Grupos de Trabalho nos atualizamos e informamos sobre os avanços. Consideramos que devemos reivindicar esse espaço, porque além de produzir e elaborar documentos, é sadio conseguir essa articulação e mencionar os produtos e as discussões de cada um dos Grupos de Trabalho, levando em conta que temos como objetivo, neste momento, a definição de ações para a implementação do Espaço de Livre Comércio.

Consideramos que isso pode ajudar a aproveitar melhor o que estamos fazendo nos Grupos de Trabalho, que em algumas ocasiões dissemos que têm um ritmo ágil em relação à vinculação que estamos fazendo com a discussão do Espaço de Livre Comércio.

Finalmente, agradeço à Secretaria o último comentário que fez sobre o parágrafo 12, porque desejaríamos insistir nestas últimas solicitações de elaboração de documentos da Secretaria como propostas para a discussão. Realmente continua dando-se ênfase integral a este processo, principalmente olhando o problema das assimetrias e os tratamentos diferenciais. Embora seja verdade, que possam estar definidos no parágrafo com a mesma categoria, sabemos que não é uma situação menor os trabalhos que devemos fazer, para que realmente seja um debate do mesmo nível que os outros elementos indicados.

Portanto, desejaríamos de enfatizar isso, porque considero que continua sendo um dos temas que devemos analisar e avaliar os alcances de um Espaço de Livre Comércio olhando as assimetrias entre os países. Por enquanto isso é tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante Alternada da Venezuela. Tem a palavra a senhora Embaixadora do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigada, Presidente.

Gostaria também, como meus outros colegas, de agradecer a Secretaria-Geral pelo trabalho que nos elaborou. Considero que nos ajuda a nos organizarmos e a ver, em conjunto, o que devemos fazer.

Desejaria referir-me à questão da definição mencionada por várias Representações e aderir, de fato, a reflexão da Representante da Argentina, referendada pelo Uruguai e outros Representantes, no sentido de que é necessário ter uma definição do Espaço de Livre Comércio.

Entendemos a definição, e agradeço muito as reflexões do Secretário-Geral sobre o tema. Gostaria simplesmente de acrescentar que a maneira em que entendemos a definição do Espaço de Livre Comércio é quanto ao alcance, à abrangência que teria cada um dos temas deste Espaço de Livre Comércio, que embora isso seja dado pelas Resoluções do Conselho de Ministros, sim requeremos em determinado momento e isso está muito bem refletido no último documento sobre âmbito das negociações.

Necessitamos, dentro da ALADI, fazer trabalhos nos Grupos de Trabalho bem como algumas consultas técnicas sobre pontos particulares para ter uma base suficiente para que os responsáveis da integração nos dêem a linha pela que devemos seguir conformando este Espaço de Livre Comércio.

Por conseguinte, a definição não é algo de tipo acadêmico ou o que compõe o Espaço, mas até onde chegaremos, qual será a abrangência deste Espaço e, nesse sentido, considero que o trabalho como se vê ordenado, claro que algumas questões terão mais tempo ou requererão maior trabalho de especialistas que outras, mas essa é a forma em que o vemos e, logicamente, aderimos às Representações que pediram que a Secretaria nos faça uma base sobre a que trabalharemos, em paralelo. Para isso não temos que deixar os trabalhos dos Grupos de Trabalho e, eventualmente, também os Conselhos Trabalhista e Empresarial. Obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante do México. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Obrigada, Embaixador.

Alguns comentários muito breves. Em primeiro lugar, agradeço muito à Secretaria por este cronograma que nos trouxe. Em princípio vemos que esta proposta de cronograma é absolutamente coerente e que faz parte das linhas de discussão que constam do documento 465, no ponto d), quando fala de etapas para a negociação, e isto é uma proposta que nos permite discutir e fazer uma troca de idéias de como deve ser encarado este processo.

Este é um processo de negociação que se iniciará, para o qual requeremos alguns sinais da Secretaria quanto ao caminho e aos temas da agenda. Gostaria de dizer-lhes que a Representação do Paraguai está muito cômoda com os prazos sugeridos pela Secretaria. Consideramos que, pelo menos, esta Representação poderá fazer um trabalho em estreita coordenação com sua Capital. A consulta com a capital será fundamental, para avançar

nos delineamentos, nos Grupos de Trabalho, a nível de Alternos e, portanto, nos sentimos muito cômodos. Se observarmos uma das atividades finais sugeridas pela Secretaria que é o Conselho de Ministros, está marcada tentativamente para novembro do ano próximo.

Certamente, essa data tentativa também poderia se ajustar ao avanço que possamos realizar, e fazer as consultas com nossa capital também, respeito às disponibilidades dos nossos Ministros nesses meses, porque lembro que quando se negociaram os documentos com base no ELC e inicialmente foi fixado o mês de outubro de 2004, tivemos que fazer consultas com suficiente tempo para ver as disponibilidades nas datas que consideravam os Embaixadores que seria ideal.

Estamos cômodos com o cronograma sugerido, mas considero que devemos incluir a proposta inicial do Embaixador da Argentina em relação ao documento que servirá de base ou como propulsor da discussão. Basicamente o documento da Secretaria é um propulsor da discussão quanto ao que se entende como Espaço de Livre Comércio e as modalidades da sua negociação.

Agradeço ao Secretário-Geral os esclarecimentos quanto a que o tema dos PMDERs está subentendido como fundamental e no mesmo nível que os outros no Espaço de Livre Comércio. Apesar disso, acreditamos que esse documento propulsor da discussão deveria recolher com certa ênfase este elemento, como horizontal em todos os temas do processo negociador. Por essa razão, a própria estrutura da Secretaria, quando a formulamos, foi modificada com base neste conceito. O tema dos PMDERs é um tema horizontal a todos os temas do espectro negociador.

Por enquanto é tudo e são comentários iniciais nesta matéria. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Paraguai. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Obrigado, Presidente. Tentarei ser breve.

Em primeiro lugar, desejo agradecer à Secretaria-Geral pelo cronograma que nos apresentou e pelos trabalhos que está realizando.

Tenho uma dúvida sobre o cronograma e considero que é possível responder rapidamente, pelo que sei, em novembro se realizará a Cúpula Ibero-Americana. Não, é em outubro, já não tenho a dúvida.

O segundo aspecto é que, obviamente, estou coincidindo na necessidade das definições. Considero que a Secretaria tem marcado o caminho a percorrer. Consideramos totalmente adequado esse caminho, e depois necessitaríamos ou precisaríamos trabalhar em conjunto nesse documento apresentado pela Secretaria antes do final do ano, do qual tenho certeza, poderíamos trabalhar nele no íterim e começar no ano próximo com um documento com determinados avanços de discussão.

Por outro lado, gostaria de agradecer à Delegação do Brasil por ter proposto um tema, relacionado com o parágrafo 22 da Resolução 59 (XIII), que consideramos muito importante. Inclusive, poderíamos ampliá-lo. Embora o documento quadro 465 indique os aspectos relacionados com a produtividade, a complementação econômica, consideramos que essa ênfase, embora o vejamos no documento quadro, devemos trabalhar um pouco

nesse sentido, e talvez, também haverá contribuições no momento em que sejam discutidas estas definições em relação ao ELC.

No aspecto geral, considero que os métodos de trabalho terão que passar pelas propostas elaboradas pela Secretaria-Geral, seguir trabalhando nos Grupos de Trabalho e no Comitê para tentar avançar o mais possível durante o que resta do ano e começar no próximo ano já com um Programa de Atividades focado na atividade normal da ALADI e neste cronograma de trabalhos. É mais ou menos o que, em síntese, gostaríamos de manifestar. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante de Cuba. Tem a palavra o senhor Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidente.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Secretaria a informação sobre os trabalhos que estão realizando sobre o tema de promoção do comércio dentro da ALADI. Considero que é um tema que tem especial interesse para os PMDERs, mas que é de interesse geral para todos os membros da Associação e é uma forma de reforçar a solidariedade regional.

Em segundo lugar, também gostaria de manifestar que estou de acordo com o expressado pela Representação da Venezuela sobre a necessidade de articular os resultados dos Grupos de Trabalho. Considero que é muito útil e, se entendi bem o que está no cronograma apresentado pela Secretaria, os Alternos poderiam funcionar como o mecanismo de articulação entre os resultados dos Grupos, a fim de poder receber uma visão mais integrada desses resultados.

Finalmente, gostaria de referir-me ao tema da definição do Espaço de Livre Comércio. Os senhores lembrarão que quando estávamos discutindo a Resolução 59 (XIII) começamos falando da criação de um Espaço de Livre Comércio, e no processo de discussão chegamos à conclusão que já existe um Espaço de Livre Comércio, que é insuficiente, que não é tão amplo como desejaríamos, mas que, de alguma maneira, existe e, por essa razão, a Resolução expressa desenvolver e consolidar o Espaço de Livre Comércio.

Francamente o Capítulo III da Resolução, quando se refere aos componentes do Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI, define o que é o Espaço de Livre Comércio, para nós, mas estou de acordo em que podemos interpretar, como manifestou a senhora Representante do México, tentar definir, limites mínimos ou algo assim, em relação a esse Espaço. Mas confesso que neste momento tenho algumas dúvidas sobre o que realmente queremos dizer com definição do Espaço de Livre Comércio, qual é o sentido preciso de definição do Espaço de Livre Comércio? Porque na medida em que os componentes estão, aqui diz: desenvolvimento progressivo, respeitará os cronogramas... etc" e depois diz no parágrafo 12, como indicou o senhor Secretário-Geral, os componentes a serem considerados para o desenvolvimento do Espaço são: acesso a mercados, normas e disciplinas comuns, apoio aos PMDERs e matérias complementares.

Considero que o âmbito está, foi um pouco o trabalho da Resolução 59 (XIII), mas considero que há um grande número de Representações ou a maioria que considera que seria útil um exercício de definição. Minha Representação está pronta para participar deste exercício, mas francamente entende que a Resolução, basicamente, abrange o tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Delegado do Brasil. Tem a palavra o senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado. Dois breves comentários, primeiro sobre o tema da definição. Efetivamente há uma distância, uma diferença entre descrição e definição.

Ao falarmos de definição, estamos pensando em definir até onde chegar, quais as prioridades que teremos nesta construção porque, evidentemente, todos sabemos que o objetivo final é chegar a um mercado comum latino-americano. Assim o estabelece o Tratado de Montevideu 1980. O principal é que talvez haja visões diferentes que devemos harmonizar respeito a alguns temas que são delicados e sensíveis na construção deste mercado comum latino-americano e, talvez, tenhamos tempos diferentes também, que devemos harmonizar, que estão além das tarifas. É uma discussão que ao nosso ver vai além das tarifas. Estamos introduzindo novos elementos na elaboração deste Espaço de Livre Comércio.

Quanto à definição entre o político e o técnico, efetivamente aí está, a definição política que cada um de nós tem respeito aos tempos ou, inclusive, aos componentes, as prioridades dos componentes. Evidentemente e com toda justiça e legitimidade, pode ser diferente e também temos que conversar sobre isso.

É por isso que necessitamos um espaço de negociação, onde possamos harmonizar nossas opiniões. Consideramos que, pelo menos, quanto ao Grupo de Normas e Disciplinas, os tempos estão bastante determinados, e é um dos quatro pilares estabelecidos nos mandatos, bastante determinados no sentido de que já temos documentos que estabelecem certo capital comum, com algum nível de precisão e certeza. Isto já está sendo estudado pelas nossas Chancelarias, pelo qual podemos ter uma resposta ou uma opinião até 31 de dezembro.

Consideramos que dois meses não é um tempo excessivamente curto para ter uma opinião sobre esse trabalho e depois temos 3 ou 4 meses de discussão, de aperfeiçoamento das opiniões, para ampliar, estender o mais possível estes espaços de convergência, de harmonização conceitual, em alguns casos, nos temas do nosso interesse e nos temas em que não estejamos de acordo, em que certamente espaços de diferença, para cada um dos temas que tratemos, necessitamos evidentemente iniciar uma negociação.

Esse é o momento no qual nossos encarregados da integração devem apresentar a pergunta aos Chanceleres para uma reunião ou um Conselho de Ministros extraordinário ou normal. É uma definição que corresponde a nossos Governos, mas considero que estamos em uma situação na qual não nos deve assustar iniciar um diálogo que implique uma negociação para poder avançar. Quanto ao resto, dentro do âmbito da OMC, e como todos sabemos, isso já está sendo conversado, com fracassos, com avanços, mas está sendo conversado e é um tema no qual nossa região e a ALADI, em particular, deve necessariamente ter uma opinião o mais acertada possível. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Chile. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Minhas reflexões estão em um caminho muito paralelo ao que acaba de indicar o Representante do Chile, que complementarei, de alguma maneira. Isto é, embora por razões de trabalho e de representatividade a ALADI constitua um determinado espaço político e econômico, não podemos desvincular-nos do resto da realidade.

Portanto, por exemplo, o tema de negociações de comércio não estava incorporado na Cúpula das Américas que concluiu este sábado. Está claro que ali houve uma manifestação de países que expressaram a vontade de encontrar um espaço de trabalho conjunto e de procurar a área de livre comércio, entre os quais estavam os países do MERCOSUL, a Venezuela e todos os demais países da região. Qual era o objetivo? A necessidade de encontrar mecanismos que, precisamente, corrijam as assimetrias, que procurem os pontos de equilíbrio.

Nós, como ALADI, temos proposto o Espaço de Livre Comércio há muito tempo e temos avançado nesse caminho e, como indica o Brasil, existe já um Espaço de Livre Comércio incompleto, imperfeito, mas existe, e nos propusemos, há um tempo, o desafio de avançar, de completar, de integrar este Espaço de Livre Comércio, e por que digo tudo isto? Porque não podemos, insisto, desvincular-nos dos tempos políticos, que estão sendo exigidos à ALADI, onde concordamos todos em uma mesma visão de como deve ser construído esse Espaço de Livre Comércio, embora tenhamos temas para definir, está o tempo político para que a ALADI assuma uma função fundamental neste tema.

Ressalto isto em função dos tempos e também manifesto que não podemos desvincular tudo isto do que aconteça em Doha, ou Hong Kong, etc. Por conseguinte, considero, isto é para incentivar nosso trabalho daqui a dezembro para que sejamos capazes de ir logicamente não ignoramos que tem razão o Delegado do Brasil quando manifesta que há elementos já definidos dos componentes, mas tampouco podemos ignorar que quando fizemos essas descrições, de caráter geral, sabíamos que não tínhamos exatamente os mesmos ritmos, os mesmos tempos, as mesmas percepções quanto a cada um destes componentes.

Portanto, considero que chegou o momento de dar um salto qualitativo e daqui a dezembro deveríamos ter uma função que nos permitisse à região em seu conjunto; seria uma maravilha que pudéssemos daqui a dezembro, propor aos nossos Governos, senhores, o que em outros âmbitos não se esta podendo conseguir, aqui temos um instrumento de base para dar um salto qualitativo.

Este comentário final nosso é com o ânimo de dizer que estamos no bom caminho. Consideramos que há um desafio muito importante para a ALADI e consideramos que este desafio da ALADI é assumido na medida em que cada um de nós e a Secretaria-Geral o assumam. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Argentina. Com isto damos por concluída a discussão deste tema.

##### 5. Assuntos diversos.

...Como são 11h 25m, passaríamos a Assuntos diversos rapidamente, se houver algum tema.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Em Assuntos diversos desejaria de informar a este Corpo que o senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Tabaré Vázquez, confirmou, mediante seu Representante Permanente, o Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena, sua visita a esta Associação no dia 7 de dezembro, pela manhã. Estamos ajustando os horários, conforme o intercâmbio com a respectiva Secretaria da Presidência, mas gostaria de fazê-lo com o conhecimento de todos os senhores para que o agendem da forma que os senhores considerem oportuna. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral e com isto consideramos encerrada a reunião. Continuaremos em sessão extraordinária para receber o Embaixador Valero. Obrigado.

---